

## **171-colarinho branco**

Na parashá desta semana é contado sobre as diversas e inúmeras trapanças feitas por Lavan, o sogro de Yaacov Avinu. Seu nome é descrito como Lavan Haarami. Trocando a ordem das letras, pode ser lido como Lavan Haramai, que em hebraico significa Lavan o mentiroso.

Ele sempre teve o objetivo de cuidar somente e unicamente de seus interesses, sem levar em conta o bem-estar dos outros, como Yaakov e de suas filhas. Eis aqui uma bela passagem sobre o cuidar dos direitos sociais e humanos

A Torá protege os fracos dos exploradores que os prejudicam e, portanto, uma pessoa que vende produtos de baixa qualidade por um preço alto ou compra produtos caros por um preço baixo e assim por diante, viola a proibição de fraude. Esta proibição é explicitamente declarada na Torá (Vaikrá 25:14): "E se você vender algo a seu companheiro ou comprar de seu companheiro, não engane a seu irmão". A pessoa que enganou o outro deve pagar a diferença ou cancelar o acordo. Não há dúvida de que uma pessoa não está disposta a pagar um preço exorbitante sem justificativa e, certamente, no caso que o comprador não tinha conhecimento do preço real das mercadorias que comprou.

Existe outra proibição na Torá, que também é chamada de 'fraude moral', embora aparentemente não haja conexão direta entre ela e a fraude financeira. Destina-se a quem causa humilhação, tristeza ou vergonha aos outros. Quando uma pessoa envergonha outra na frente de outras, insulta sua dignidade ou a entristece com uma observação pungente, ela está violando a proibição de engano, que é chamada: "Onaat Devarim".

O nome comum vem para nos ensinar que existe um denominador comum entre eles. O objetivo dessas duas proibições é que a pessoa não explore a fraqueza de outra.

Expliquemos as coisas: quem vende a preço exorbitante, o faz com o consentimento do comprador. O comprador concorda com

a transação por não estar familiarizado com a qualidade da mercadoria ou com o valor de mercado, e o vendedor aproveitou a falta de conhecimento em seu benefício. Embora o vendedor comum explique, que não há nada de errado com isso: "Esta é uma negociação!" Uma espécie de pequena guerra, em que o astuto ganha mais. No entanto, a visão da Torá é completamente diferente. De acordo com a visão da Torá, não há apenas roubo, mas também falta de fé no Criador do mundo. Se você acreditasse que D'us existe, e não o homem é o dono do mundo, você não teria interesse nesta guerra contra os outros. É preciso perguntar a si mesmo: por quem você está travando uma guerra? Você precisa ajudar D'us para te sustentar?

Este ponto também é encontrado em Onat Devarim. Muitas pessoas subestimam essa proibição quando tratam outras pessoas de forma inadequada. Mesmo uma pessoa que nunca levantará a mão contra seu amigo não se esquivava de lançar insultos, fazer comentários sarcásticos ou contar piadas ofensivas quando pensa que a justiça está com ela. Porque não dói fisicamente. Na realidade, porém, a lesão é mais grave. Ele fere o lado fraco dos outros, ele abusa de sua fraqueza. Ele venceu seu oponente não com a arma, mas com a palavra. Deve-se notar que mesmo aquele que trilha este caminho, na verdade está travando uma guerra, e suas ações são consideradas um pecado grave com consequências terríveis.

Somente por uma crença firme no Criador do mundo alguém pode ser salvo de cometer injustiças. Quem quer que sinta que o Criador Todo-Poderoso está acima dele achará mais fácil desistir da 'guerra da existência' e deixar o 'senhorio' do mundo governar seu mundo. Desta forma, podemos conceder a cada pessoa o bem e a bondade, e ninguém será prejudicado em uma guerra predatória de existência.

Onat Mammon e Onat Devarim caminham de braços dados, lado a lado, e a solução completa é superar os dois.

Daremos mais exemplos das leis e mandamentos da Torá no campo da proteção das classes mais fracas. Esses exemplos mostram claramente que a preocupação com o indivíduo, o fraco e às vezes até o atrasado, estava na vanguarda da Torá:

Na Torá, leis especiais foram promulgadas para a proteção do trabalhador. Entre eles estão a proibição de retenção de salários e a proibição de empregar um trabalhador em trabalhos forçados e avulsos, se ele não for contratado com antecedência especificamente para esses ofícios. O termo "trabalho forçado" inclui vários tipos de empregos, incluindo empregos que não contêm a satisfação mínima do funcionário.

Existe outro tipo de trabalho árduo, no sentido mais amplo do termo: trabalho que é feito com relutância, mas apenas porque é desagradável recusar um pedido. Por exemplo, quando o chefe pede a seu contador para fazer recados para ele, ele certamente se sente desprezado, mas não tem escolha; Além disso, uma secretária que é obrigada a lavar o chão do escritório a pedido do empregador ou a servir-lhe café, mesmo que ela não se oponha, é claro que se trata de consentimento forçado.

É permitido pedir favor a outras pessoas, quando está claro que fará de boa vontade. Deve-se saber, no entanto, que às vezes uma pessoa é tentada a pedir favores de outros além do razoável, enquanto abusa do fato de que os outros não se sentiriam confortáveis em recusar. Neste ponto, o requerente entra no reino do "trabalho árduo", que de acordo com a opinião da Torá deve ser evitado.

Além disso, sempre houve pessoas pobres e ricas no mundo. Os mandamentos da Torá não vieram apagar à primeira vista as diferenças que existem entre os pobres e os ricos e entre os fracos e os fortes. A Torá (Devarim 15:11) reconhece o fato de que "a pobreza não cessará de dentro da terra", mas ao mesmo tempo, através do sistema de mitsvot, a Torá garante que os fortes não se tornem tiranos e os pobres não caiam sob as botas dos ricos.

O dinheiro em todas as suas formas é a essência do poder dos ricos. Na verdade, porém, o dinheiro é um corpo inanimado, algo que não dá frutos. Somente com a cooperação da força de trabalho daqueles que não são ricos o dinheiro pode ser transformado em um fator produtivo. Somente quando as fábricas forem construídas com o dinheiro onde as pessoas trabalham, constroem e produzem, o financista será capaz de realizar sua riqueza. A essência do poder dos pobres é a necessidade dos ricos de trabalhar de acordo com ele. Sem a cooperação dos pobres, os ricos não se beneficiam de suas grandes somas de dinheiro. Relutante de todos os envolvidos, um estado de certo equilíbrio social é criado. Portanto, se um lado suprime o outro e perturba o equilíbrio, a parte contrária poderá se recusar a cooperar com ele. Desta forma o equilíbrio será mantido e terá o poder de trazer bênçãos.

Apesar disso, os ricos encontraram uma maneira de aproveitar seu dinheiro sem precisar da ajuda dos pobres: eles estão cheios de juros. O mutuário pode sentar-se em casa em paz de espírito e passar por cima de todos os riscos e investimentos de trabalho do lado oposto. Ele foi forçado a arriscar o investimento financeiro e a contribuir sozinho com todo o trabalho necessário, enquanto os ricos desfrutam sem nenhum risco; Mesmo que o negócio falhe, não perderá nada.

As taxas de juros são uma ameaça para os pobres. Aumenta o poder dos ricos e os livra da necessidade de considerar a força de trabalho daqueles que não conseguiram acumular riquezas. As classes mais fracas podem ficar assim sem meios de proteção, e serão deixadas para a boa vontade dos ricos.

A proibição de juros escrita na Torá impede a polarização social, e é a cola que une todas as partes do povo, cria dependência e afinidade entre as várias classes e salva os pobres da exploração vergonhosa.

De todos os exemplos que citamos, ficamos sabendo que a Sagrada Torá está ciente das necessidades dos fracos na sociedade, sua dignidade e status e proíbe a humilhação e a

exploração. É de grande importância saber que essas leis foram promulgadas no Monte Sinai muitos e muitos anos antes que a sociedade mundial desse sua opinião sobre os direitos do trabalhador ou o bem-estar dos pobres.